

Espaço aberto**Teatro de fantoches****MAURO CHAVES**

E então doutor Ulysses, com voz embargada de consspuação, pronuncia a sole-níssima frase final: "... Sendo assim, declaro promulgada a Constituição da República do Brasil e encerro os trabalhos

desta Assembléia Nacional Constituinte". Aplausos delirantes. Emoção geral no Plenário e no País, que assiste ao vivo e em cores ao grande espetáculo cívico. Algumas dezenas de constituintes se aproximam do polipresidente com fortes gritos de louvação — Hurraaaa! Iupitii! —, preferindo outros os estridentes apitos. Os membros da Mesa — com o presidente Sarney ao centro — dão-se as mãos elevadas para o alto, o mesmo fazendo grande parte dos parlamentares em plenário e os convidados da produção que ocupam as galerias, passando todos a cantar o Hino Nacional alternativo que, logo depois, à saída, se transformará numa tremenda batucada a acompanhar os gingados, requebros e remelexos das cabrochas do Bloco Nacional Constituído.

Parece que já estão organizando uma comissão organizadora dos "Festejos Constituídos", tendo em vista cuidar de todos os pormenores da produção do espetáculo cívico que ocorrerá daqui a não muitos dias. O Brasil, com imenso júbilo, ganhará sua oitava Constituição — ou nona, se considerarmos a Carta de Tomé de Sousa outorgada por dom João III quando ainda tínhamos 49 anos de descobrimento e que sob inúmeros aspectos é bem mais avançada do que esta de 88. O mais importante, no entanto, é que essa comemoração venha a tornar-se a apoteose de todo um processo onírico, fantástico, onde o real e o ficcional estão misturados de forma indissociável, indistinguível, como muita coisa em nosso país.

Que relação existe, por exemplo, entre a Constituição-88, o discurso de Sarney na ONU sobre desarmamento, a audiência formidável das telenovelas no Brasil — algo sem paralelo no mundo inteiro —, os desfiles das escolas de samba no sambódromo, os discursos dos políticos profissionais nos palanques — coisas também sem paralelo no mundo? A relação se refere aos níveis de interpenetração de fantasia com realidade, com vida de verdade e vida ficcional, com o que é e o que só é de mentira. As pessoas no Brasil hoje comentam personagens de novelas como se fossem pessoas reais, sofrem, ficam alegres, se emocionam diariamente com os problemas reais a que assistem na televisão — e até as revistas só se referem aos atores pelos nomes de suas personagens. Nos desfiles de carnaval, prepara-se o ano inteiro uma existência ficcional de dois ou três dias. O discurso de Sarney na ONU não passou de uma declamação extemporânea de um texto subliterário, de conotação

eminentemente brega, só que no prosclênio de um magnífico palco internacionalmente iluminado.

E o texto da Constituição-88? E os discursos nos palanques dos políticos profissionais? Como se relacionam? Poderíamos dizer que, em termos de fantasia, de pensamentos desejosos, ou de mentira mesmo, em boa parte aquele decorre destes. Ao elaborar e encaminhar para o texto constitucional projetos irrealizáveis, idéias estapafúrdias sob a forma aparente de magníficas benesses para todos, os constituintes nada mais fazem do que repetir as promessas — irrealizáveis e estapafúrdias — de suas campanhas. Tanto em um como em outro caso, isto é, antes e depois de eleitos, ineriste compromisso com a realidade concreta, por parte de tais representantes, que mais parecem representar para e não o eleitorado — quer dizer, representar no sentido de atuar e não no de exercer mandato.

Há que distinguir, evidentemente, a fantasia popular lúcida ou catártica (desfile na avenida, telenovelas), que é característica saudável quando não atinge a extrema alienação, daquela outra fantasia institucionalizada no campo político e/ou governamental — vale dizer, a mentira institucional que viceja nesta nossa petatocracia. Fantasia institucionalizada (ou mentira institucional) é, por exemplo, o dispositivo constitucional que limita as taxas de juros; foi a decretação de moratória internacional como afirmação de "soberania" — para depois ser "confessada" como fruto da indigência de nossas reservas; foi o congelamento, o estelionato eleitoral perpetrado à custa do boi gordo e da Lei Delegada de João Goulart; foram os anátemas lançados contra o FMI que precederam os doces acordos com o FMI; foram as razões invocadas pelos vendidos, no mercado de opções políticas, durante o pregão em que Sarney arrematou o quinto ano de seu mandato; enfim, tem sido o divórcio sacramentado, jurado, irremediável, entre o que se diz, se alega, e o que de fato é.

Mas será que a platéia — a sociedade produtiva brasileira — continuará assistindo quietinha ao melancólico espetáculo que se desenrola no palco iluminado desta petatocracia? Será que os que vivem no mundo real deste país — e que são a quase totalidade de 140 milhões de almas — não amadureceram bastante, depois de tantas bordoadas sofridas nos últimos anos, a ponto de engulhar quaisquer novas canastronices, imposturas, mentiras e safadezas de nossa classe político-governamental? É muito provável que sim. E com certeza tal ojeriza explodirá no momento em que se abrirem as próximas "bilheterias" das urnas. Se não mudarem o medíocre repertório e os lamentáveis atores, a platéia eleitoral rasgará os ingressos, vaiará com berros e alaridos ensurdecedores, ringará com ódios infernais e talvez até chegue a atear fogo nesse malstnado teatro político de fantoches e bandidos. Ainda há tempo de evitar as labaredas.

Mauro Chaves é jornalista, escritor, advogado e empresário.